# LIBERTAÇÃO ANIMAL

**Peter Singer**

*Tradução*
Marly Winckler
Marcelo Brandão Cipolla
*Revisão Técnica*
Rita Paixão

VERSÃO da
WMFMARTINSFONTES
SÃO PAULO 213

# PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Mais de um quarto de século após a publicação da primeira edição deste livro, muitos norte-americanos ainda ignoram a maneira como seus alimentos são produzidos. Não se trata de mero acaso. Os produtores de carne e ovos não medem esforços para garantir que tudo fique como está. Recentemente, uma emissora de teve propôs fazer um programa a meu respeito e sugeriu que gravássemos uma discussão sobre o livro *Libertação animal* com animais ao fundo. "Claro, mas não quero aparecer com um cachorro ou um gato. Não é disso exatamente que trata a libertação animal. Vamos mostrar como vivem outros animais. Gravemos em um galinheiro ou em um chiqueiro, nos próprios lugares em que eles são criados", sugeri. "Ótima ideia", responderam. E ficaram de contatar alguns criadores de Nova Jersey, onde eu trabalhava, avisando-me quando tudo estivesse pronto. Uma semana mais tarde, telefonaram dizendo que não haviam conseguido nada. Nenhum dos criadores contatados concordou em deixá-los filmar seus animais. A equipe apelou até para a Animal Industry Foundation, um grupo lobista de criadores. Esse grupo afirma que os criadores norte-americanos não tem do que se envergonhar em relação à maneira como criam os animais. Mas a fundação não encontrou nenhum produtor disposto a deixá-los entrar em suas instalações.

Os europeus conheceram a indústria de agronegócio quando do surgimento de duas doenças: a da vaca louca e a aftosa. A doença da vaca louca ensinou ao público europeu que os livros que liam para os filhos eram obsoletos. As vacas não se alimentavam só de grama. Nem sequer herbívoras eram mais. Para aumentar a proteína da dieta, davam-lhes sobras dos abatedouros. Depois, quando a aftosa se disseminou pela Grã-Bretanha, as pessoas viram nos noticiários de televisão centenas de milhares de animais sendo mortos, simplesmente por que *poderiam* contrair aftosa (uma doença branda para a maioria dos animais, mas que, caso não fosse eliminada, poria a perder a indústria britânica de exportação de carne). O que se viu foi uma prova incontestável de que a moderna produção pecuária trata os animais como coisas, apenas meios para seus fins. É como se existissem somente para isso.

Milhares de pessoas entraram em contato com grupos de defesa dos animais e organizações vegetarianas, em busca de alternativas para os produtos de origem animal. Deixar de comer carne é a decisão certa, e antes tarde do que nunca. Mas o que essas pessoas pensavam que acontecia com os animais que comiam antes de assistir à morte deles pela televisão? Achavam que morriam de maneira natural? O surpreendente é que tenham levado tanto tempo para compreender a verdadeira natureza da indústria de produção animal.

*Libertação animal* foi publicado originalmente em 1975. O texto que se segue a este prefácio é a edição revisada, publicada pela primera vez em 1990. As revisões incluem descrições das principais campanhas e conquistas do movimento pelos direitos dos animais até 1990. Desde então, as ideias desse movimento tornaram-se parte do caldo geral da cultura popular norte-americana, reveladas em filmes como *Babe, o porquinho,* e *Fuga das galinhas*, e em programas de televisão como *Law and Order* (Lei e Ordem), da NBC (apresentado no Brasil pela emissora Universal), que

deu tratamento favorável às ideias deste livro em um episódio de janeiro de 2001, sobre um ativista vegetariano que libertou macacos de laboratório.

Ao longo dos últimos 25 anos, o árduo trabalho de milhões de pessoas foi recompensado com alguns benefícios concretos para os animais. Sob a pressão do movimento, a indústria de cosméticos começou a investir na descoberta de alternativas para os testes em animais. Isso logo se espalhou para a indústria química. O desenvolvimento de métodos para testar produtos sem envolver animais ganhou ímpeto na comunidade científica e é parcialmente responsável pelo controle do número de espécimes utilizados. Apesar das alegações da indústria de que a "a pele está de volta", as vendas de peles ainda não recuperaram o nível atingido na década de 1980, quando o movimento pelos direitos dos animais começou a atacá-las. Os donos de animais de estimação estão mais educados e responsáveis e, embora ainda bastante elevado, o número de animais rejeitados e de rua, mortos em abrigos e em depósitos públicos, caiu drasticamente.

Entretanto, o maior avanço no manejo dos animais ocorreu entre produtores europeus. O crescimento, aparentemente inevitável, das unidades de criação industrial sofreu seu primeiro revés na Suíça, onde o sistema de produção de ovos em baterias de gaiolas, descrito no capítulo 3, tornou-se ilegal no final de 1991. Os produtores suíços agora deixam as galinhas ciscar em chão coberto de palha, ou outro material orgânico, e botar ovos em ninhos cobertos, macios. Depois de a Suíça mostrar que a mudança é possível, a oposição ao sistema de gaiolas empilhadas aumentou em toda a Europa, e a União Europeia, que compreende 15 países-membros, concordou em acabar com a caixa-padrão, de arame. Em 2012, os produtores europeus terão de destinar ao menos 7,5 metros quadrados a cada ave, provendo-a de poleiro e de ninho. Se ainda quiserem mantê-las em gaiolas, elas terão de ser bem maiores, permitindo recursos adicionais. Muitos produtores perceberão que é mais econômico mudar a forma de alojamento, para que as galinhas tenham liberdade de passear, ciscar, fazer ninhos, seja em galinheiros com poleiros, seja em espaços abertos.

O tratamento dado a galinhas poedeiras é apenas um exemplo das medidas que a Europa vem tomando para assegurar o bem-estar dos animais. Como deixo claro no capítulo 3, dentre todas as criações intensivas, a de vitelos, deliberadamente mantidos anêmicos, sem palha para deitar-se e confinados em engradados individuais tão estreitos que não conseguem nem se virar, provavelmente é a que submete os animais À vida mais miserável. Esse sistema já havia sido banido na Grã-Bretanha quando revisei o texto deste livro para a edição de 1990. A União Europeia decidiu que, até 2007, todos os países-membros deveriam bani-lo. O confinamento de porcas prenhes em "celas de gestação" foi eliminado na Grã-Bretanha em 1998, e será proibido na Europa, exceto nas primeiras quatro semanas de prenhez.

Essas mudanças significativas contam com o amplo apoio de toda a União Europeia e o endosso dos principais especialistas em alojamento para animais de criação. Significam, também, o reconhecimento de muito daquilo que tem sido dito, há bastante tempo, pelos defensores dos animais, como no livro pioneiro de Ruth Harrison, *Animal Machines* (Máquinas animais), de 1964. Quando me juntei à campanha contra os criadores industriais, em 1971, tive a sensação de atacar um gigante inatingível, guiado tão somente pelo imperativo econômico. Felizmente, ao

menos na Europa, não foi esse o caso. Contudo, para nossa decepção, as mudanças em curso na Europa não foram adotadas pelos Estados Unidos, onde uma gaiola para galinhas poedeiras têm apenas cerca de um metro quadrado de espaço – 50% a menos do que o atual mínimo europeu e apenas 40% do que será exigido pela União Europeia em 2012 - e tanto bezerros como porcas continuam a ser mantidos em engradados ou compartimentos muito estreitos, impedidos de se virar, e curtos demais, não lhes sendo possível caminhar. Nos Estados Unidos, a grande esperança de que as galinhas vivam em condições melhores vem, por incrível que apreça, do McDonald's. Em 2000, a cadeia de restaurantes *fast-food* anunciou que exigiria de seus fornecedores de ovos a destinação de cerca de 2 metros quadrados para cada galinha – ainda assim, o suficiente apenas para satisfazer o atual padrão da Europa, que os próprios europeus agora veem como obsoleto e inaceitável. Outras diretrizes do McDonald's excluem o método de fazer que as galinhas passem fome para induzi-las à troca de penas, prática ilegal na Europa, mas comum nos Estados Unidos. A técnica consiste em cortar a ração e a água das poedeiras. Um dia depois, a água volta, mas as aves não recebem alimento durante até duas semanas, para melhorar a frequência com que votam ovos após o retorno da comida. O McDonald's também estuda maneiras de eliminar a prática de cortar o bico das galinhas, um procedimento doloroso, mas rotineiro na indústria de poedeiras e que visa a reduzir prejuízos devido ao estresse excessivo das aves, que bicam umas às outras. Essas medidas constituem a primeira melhorai significativa para o bem-estar animal na indústria norte-americana de produção de ovos desde que este livro foi publicado, mais de um quarto de século atrás. Mas, a menos que os principais compradores de ovos dos Estados Unidos possam ser persuadidos a seguir o exemplo do McDonald's, essas medidas continuarão a afetar apenas uma minoria das galinhas que vivem naquele país.

Os norte-americanos muitas vezes se consideraram mais preocupados com os animais do que algumas nações da Europa, sobretudo as mediterrâneas. Agora, o oposto acontece. Até na Espanha, com a cultura de touradas, a vasta maioria dos animais tem mais espaço do que nos Estados Unidos, e esse abismo continuará a se ampliar à medida que a União Europeia levar adiante suas reformas. O número de touros mortos nas arenas é ínfimo em comparação com o número de galinhas, porcos e bezerros confinados em espaços muito menores nos Estados Unidos do que na Espanha.

Desde que me mudei para os Estados Unidos, em 1999, venho refletindo sobre os motivos pelos quais o país está tão atrasado, em relação à Europa, na proteção de animais de criação. Serão os norte-americanos mais insensíveis e de mentalidade mais estreita do que os colegas europeus? Talvez. Mas há outras explicações. Por razões compreensíveis, as organizações de direitos e de bem-estar dos animais nos Estados Unidos não fizeram bastante para chamar a atenção do público para os animais de criação. Quando os direitos dos animais começarem a mobilizar a opinião pública, no final dos anos 1970 e 1980, as questões levantadas pelo movimento tinham a ver com espécimes utilizados em testes e pesquisas de produtos. Experiências com o sexo dos gatos do Museu Americano de História Natural, testes de cosméticos nos olhos de coelhos, a automutilação de macacos em jaulas imundas do Instituto de Pesquisas Comportamentais de Silver Springs, Maryland – tais eram os protestos que se

tornaram manchete. O foco em animais utilizados em pesquisas, sobretudo gatos, porcos, cães, primatas e coelhos, atrai a atenção e a simpatia do público. Imagens de galinhas, ou até mesmo de porcos, não. A pesquisa com animais é uma indústria que envolve bilhões de dólares, e enfrentá-la não é fácil para um movimento novo e com pouquíssimo dinheiro. Mas, ainda assim, a pesquisa é um oponente mais fraco, com menos força política, do que o agronegócio. Por isso as condições que os animais de criação precisam enfrentar receberam pouca atenção, ainda que, para cada espécime usado em pesquisa nos Estados Unidos, mais de cem sejam criados para se transformar em comida ou botar ovos.

O movimento pelos direitos dos animais propaga-se por todo o mundo, e não apenas nas nações industrializadas. A publicação deste livro no Brasil é um sinal estimulante. Ele já foi traduzido para o chinês, o coreano e o japonês, bem como para a maioria dos idiomas europeus. É muito importante que países como o Brasil não sigam o curso equivocado tomado pelas nações desenvolvidas e não adotem o sistema de confinamento de animais, em escala cada vez maior, em unidades de criação intensiva. Os europeus procuram resolver os equívocos que cometeram. Seria trágico, tanto para os animais como para os seres humanos, se os países em desenvolvimento seguissem os modelos obsoletos estabelecidos pelos europeus nas décadas de 1960 e 1970.

Antes de concluir, gostaria de voltar ao tema que levantei no último parágrafo do prefácio que escrevi para a primeira edição (v.p 440). Muitos pensam que o crescimento excessivamente rápido da população humana significa que *temos* de criar animais industrialmente, a fim de alimentar tantas pessoas. Enfocam o fato de que uma criação intensiva confina um grande número de animais em um pequeno espaço, imaginando ser esse, portanto, um uso mais eficiente da terra do que o empregado em criações tradicionais, onde se reserva um amplo espaço para um pequeno número de animais. Mas a verdade é exatamente o oposto. A pecuária intensiva é por demais ineficiente, desperdiçando até 90% do valor alimentar das plantas cultivadas para alimentar os animais confinados em espaços reduzidos.

Portanto, na conclusão do prefácio de 1975, escrevi sobre a maior quantidade de alimentos que poderíamos produzir, com menor impacto ambiental, se parássemos de criar e matar animais para servir de alimento. Isso ainda é verdadeiro, e, mesmo que, em relação a 1975, uma porcentagem menor da população mundial vá para a cama com fome, o número de pessoas que passam fome agora é maior do que era então. A propagação da criação industrial na Ásia, para alimentar sua crescente classe média, apenas agrava o problema. Porém, há ainda outra questão sobre a qual eu não me havia dado conta em 1975, embora já a tivesse percebido na época em que fiz as revisões da edição de 1990: o aquecimento global. Como descrevo no capítulo 4, a criação intensiva contribui para o aquecimento do planeta, pois exige enorme quantidade de energia para o cultivo de alimentos destinados aos animais, para o transporte desses alimentos e para mantê-los sob ventilação nos galpões. Além disso, os próprios animais, sobretudo as vacas, produzem uma quantidade considerável de metano, gás que agrava o efeito estufa e que é 20 vezes mais eficaz em reter calor do que o dióxido de carbono. Em 1990, alguns ainda questionavam a base científica na qual se fundamentava a ideia do aquecimento global. Hoje, há um esmagador

consenso de que o problema é real. Os Estados Unidos produzem mais gases geradores de efeito estufa por pessoa do que qualquer outra nação do mundo. O norte-americano típico é responsável por 15 vezes, no mínimo, a produção de um indiano comum. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1998, uma criança nascida nos Estados Unidos contribui mais com o consumo e a poluição durante sua vida do que 30 a 50 crianças nascidas em países em desenvolvimento. Uma dieta que gera tamanho desperdício e é tão pouco saudável e rica em produtos derivados de animais criados de maneira intensiva auxilia substancialmente para esse consumo, a poluição e a alteração do clima de nosso planeta. Está na hora de mudar essa dieta, pelos animais, mas também pelos seres humanos, nossos semelhantes.

*Peter Singer*
*Nova York, abri de 2003*

# PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 2009

Em 2008, dezenas de milhões de norte-americanos, horrorizados e estupefatos, assistiram no noticiário noturno a um vídeo clandestino que mostrava bovinos doentes, incapazes de andar, sendo chutados, submetidos a choques elétricos, golpeados nos olhos com pedaços de madeira e carregados com uma empilhadeira para que pudessem chegar ao local onde seriam abatidos e processados para virar carne. O vídeo foi feito no abatedouro Westland/Hallmark, em Chino, Califórnia – uma empresa de porte, supostamente ultramoderna, grande fornecedora do Programa Nacional de Merenda Escolar, localizada não numa região perdida da zona rural, mas a meros 50 quilômetros do coração de Los Angeles. Uma vez que o consumo da carne de animais incapazes de andar pode fazer mal à saúde, o vídeo ocasionou o maior *recall* de carne de toda a história dos Estados Unidos.

Essas revelações confirmaram de maneira dramática a tese deste livro. Depois de se declarar culpado da acusação de crueldade contra os animais, Daniel Ugarte Navarro – o administrador do abatedouro, que aparecia no vídeo dando cheques elétricos em vacas doentes, espancando-as e usando uma empilhadeira mecânica para deslocá-las – afirmou que nada havia feito de errado e que estava somente "fazendo o seu trabalho". É uma desculpa que já ouvimos antes, mas nem impor isso deixa de ter um incômodo fundo de verdade. Por desprezíveis que sejam os atos de Ugarte, há um erro ainda mais fundamental na ética e nas leis que regem o modo como tratamos os animais. Se as pessoas querem comer criaturas sencientes e existe concorrência para que a carne delas seja fornecida ao preço mais baixo possível, o sistema recompensará aqueles que atenderem a essa demanda. Nesse sentido, é fato que Ugarte estava *apenas* fazendo seu trabalho. Não fosse o "azar" que caiu sobre ele e a Westland/Hallmark – de um investigador da Sociedade Humanitária dos Estados Unidos ter filmado secretamente suas atividades -, Ugarte teria continuado a maximizar os lucros de seu empregador.

A repulsa generalizada evocada por este e outros vídeos clandestinos de maus-tratos contra animais demonstra que não é a indiferença, mas a ignorância que permite que a crueldade institucionalizada e maciça continue existindo nos Estados Unidos. Agora que os meios de comunicação estão levando mais a sério os assuntos relacionados aos animais, essa ignorância está começando a diminuir. Porém, foi preciso uma longa batalha para chegar a esse ponto. Desde que foi publicada a primeira edição deste livro, em 1975, o trabalho incansável de inúmeros ativistas gerou frutos não só no que se refere à maior consciência do público acerca dos maus-tratos cometidos, mas também aos benefícios concretos que os animais têm recebido. Na década de 1980, sob pressão do movimento pelos direitos dos animais, os fabricantes de cosméticos começaram a investir dinheiro na busca de alternativas aos testes feitos com animais. O desenvolvimento de métodos para testar produtos sem o uso de animais já caminha com impulso próprio na comunidade científica e é parcialmente responsável pela diminuição do número de animais utilizados. Apesar de o setor de vestuário afirmar que está novamente trabalhando com peles naturais, a venda de peles não voltou a atingir o nível em que estava na década de 1980, quando o movimento pelos direitos dos animais começou a visá-la. Os donos de animais de

estimação se tornaram mais informados e responsáveis; o número de animais perdidos e abandonados sacrificados diminuiu drasticamente, embora ainda seja altíssimo.

Porém, a maioria dos animais maltratados pelos seres humanos são animais de criação. Ao passo que os animais usados em pesquisas nos Estados Unidos são cerca de 25 milhões, número mais ou menos igual ao da população do Texas, o número de aves e mamíferos mortos todo ano para servir de alimento – mais uma vez, somente nos Estados Unidos – é de cerca de 10 bilhões, ou seja, uma vez e meia a população do planeta. (Esse número não inclui peixes nem outros animais aquáticos.) Uma vez que a maioria desses animais é criada na pecuária industrial, eles sofrem desde o nascimento até a morte.

As primeiras conquistas dos animais de criação ocorreram na Europa. Na Suíça, o sistema de gaiolas para produção de ovos descrito no capítulo 3 se tornou ilegal no final de 1991. Em vez de enfiar suas galinhas em minúsculas gaiolas de tela metálica, onde os animais não podem sequer abrir as asas, os produtores suíços de ovos transferiram as aves para galpões onde podem ciscar num chão coberto de palha ou outros materiais orgânicos e pôr ovos em ninhos abrigados, forrados de material macio. Depois que os suíços demonstraram que é possível mudar, a oposição às gaiolas cresceu em toda a Europa. A União Europeia, que reúne 27 Estados-membros e quase 500 milhões de pessoas, concordou agora em eliminar a gaiola metálica padronizada até 2012, oferecendo mais espaço às galinhas, facultando-lhes o acesso a um poleiro e a um ninho onde pôr seus ovos.

Seguiram-se outras medidas, todas amplamente apoiadas pelo público e defendidas pelos maiores cientistas e veterinários da União Europeia. Como demonstram as páginas seguintes, os vitelos criados no sistema de pecuária intensiva – mantidos deliberadamente num estado de anemia, privados de palha onde possam se deitar e confinados em baias individuais tão pequenas que impedem que o animal sequer se vire – contam-se entre os mais infelizes animais de corte. Esse sistema de criação de bezerros já havia sido proibido na Inglaterra quando revisei o texto deste livro para a edição de 1990. Hoje em dia, as baias que restringem os movimentos dos vitelos são proibidas não só no Reino Unido, mas em toda a União Europeia. Também melhorou a situação das porcas reprodutoras. O confinamento de porcas prenhes em baias individuais foi proibido no Reino Unido em 1998 e será proibido na Europa inteira a partir de 2013, exceto durante as quatro primeiras semanas de prenhez da porca.

Enquanto a Europa debatia e legislava essas mudanças, parecia não haver nenhuma perspectiva de que leis semelhantes fossem aprovadas pelo Congresso norte-americano ou mesmo por qualquer outra casa legislativa nos Estados Unidos. O primeiro sinal de mudança ocorreu em 2002: uma iniciativa de grupos defensores do bem-estar dos animais levou a referendo, na Flórida, a proibição de baias para porcas prenhes. A Flórida não se destaca entre os estados norte-americanos por ser progressista em matéria de direitos dos animais, mas a proposta foi aprovada por ampla maioria. Quatro anos depois, a mesma questão surgiu no Arizona, onde se acrescentou à proposta a proibição do confinamento de vitelos em baias apertadas. Mas uma vez, os eleitores aprovaram a medida por sólida margem.

O resultado do referendo no Arizona alertou os produtores. Apenas um mês depois, os dois maiores produtores de vitela nos Estados Unidos prometeram abolir as baias num prazo de dois a três anos. Em seguida, os maiores produtores de carne suína dos Estados Unidos e do Canadá anunciaram que, no decorrer dos próximos dez anos, deixarão de confinar porcas em baias. Justificando tais medidas, a Smithfiled, produtores norte-americana, mencionou a opinião de seus consumidores, dos quais o McDonald's é um dos maiores. Essa cadeia de restaurantes *fast-food*, que aplaudiu decisão, já conversava com ativistas havia anos acerca da redução do sofrimento dos animais usados em seus produtos. Outros grandes produtores de carne suína acabaram seguindo o mesmo caminho. Em 2007, o Oregon se tornou o primeiro estado norte-americano a promulgar por via legislativa a proibição das baias para porcas em vez de levar o assunto a referendo popular; no ano seguinte, a Assembleia Legislativa do Colorado proibiu o uso de baias para porcas e vitelos. Depois de resistir durante décadas às críticas dirigidas contra as baias individuais para vitelos, a Associação Norte-Americana dos Produtores de Vitela resolveu recomendar que seus membros passassem a propiciar mais bem-estar aos animais, adotando o alojamento em grupo até 2017.

Muitos dos maiores chefs, varejistas e fornecedores de alimentos norte-americanos também estão se afastando das formas mais insidiosas de confinamento animal. Wolfgang Puck reduziu o uso de carne de porcas confinadas em baias e de ovos de galinhas engaioladas. Grandes redes de restaurantes, como Burger King, Hardee's e Carl's Jr., começaram a comprar carne suína e ovos de produtores que não usam baias nem baterias de gaiolas. Centenas de *campi* universitários nos Estados Unidos evitam agora os ovos de galinhas criadas em gaiolas. E, em 2007, a Compass Group, maior prestadora de serviços de alimentação do mundo, anunciou que no futuro todos os seus ovos integrais serão adquiridos de produtores que não usam gaiolas.

A mais significativa de todas as vitórias, porém, ocorreu em 4 de novembro de 2008, dia que será lembrado não só pela eleição do senador Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos como também pelo fato de os californianos terem aprovado, por uma bela margem de 63 por cento, uma iniciativa que garante a todos os animais de criação naquele estado o espaço necessário para esticar as patas e se virar de lado sem encostar em outros animais ou nas paredes das baias. Em 2015, não só as baias de confinamento de porcas e vitelos como também as gaiolas de galinhas serão ilegais na Califórnia, em 19 milhões de galinhas terão mais espaço para andar e estender as asas. Os produtores de ovos gastaram 9 milhões de dólares para tentar deter essa iniciativa, mas foram enfrentados por uma coalizão de associações de defesa dos animais comandada pela Sociedade Humanitária dos Estados Unidos, a maior organização em prol do bem-estar animal no país, a qual, sob a presidência de Wayne Pacelle, voltou a atenção para os animais de criação, tendo obtido notável sucesso.

O referendo californiano, na esteira dos realizados na Flórida e no Arizona, mostra que, sempre que têm essa oportunidade, os norte-americanos rejeitam as práticas tradicionais da pecuária que lhes fornecem a carne suína, a vitela e os ovos que comem todos os dias. Solidamente amparado pela opinião pública, o movimento

pelos direitos dos animais nos Estados Unidos está a um passo de transformar as condições de vida em que são mantidos centenas de milhões de animais de criação.

Todas essas mudanças atendem àquilo que os defensores dos animais vêm dizendo há muito tempo. Em 1971, quando organizei uma pequena manifestação contra a pecuária industrial, parecíamos enfrentar um setor imenso da economia que esmagaria toda oposição como um rolo compressor. Felizmente, as ideias e a compaixão mostraram-se ser suficientemente fortes para mudar o sistema que determina a vida e a morte de centenas de milhões de animais. A posição defendida neste livro vai muito além dessa melhoria no bem-estar dos animais de criação, por significativa que seja. Precisamos de uma mudança muito mas fundamental no modo como pensamos sobre os animais. O primeiro sinal de que isso pode realmente acontecer veio em 2008 na forma de uma votação histórica por uma comissão do Parlamento espanhol, que declarou que um animal poderia ter sua condição jurídica equipara à de uma pessoa humana dotada de direitos. A moção foi aprovada como apoio ao Projeto dos Grandes Símios (Great Ape Project), organização que busca garantir direitos básicos – à vida, à liberdade e à proteção contra a tortura – a nossos mais próximos parentes não humanos: chimpanzés, bonobos, gorilas e orangotangos. A resolução manda que o governo espanhol promova uma declaração semelhante no nível da União Europeia. Manda também que o governo adote, no prazo de um ano, leis que proíbam a realização de experimentos potencialmente nocivos em grandes símios. A manutenção de grandes símios em cativeiro será permitida apenas para fins de conservação, e mesmo assim sob condições rigorosamente reguladas, a fim de proporcionar aos macacos a melhor vida possível. Além disso, a resolução recomenda que a Espanha atue em foros e organizações internacionais a fim de garantir que os grandes símios sejam protegidos de maus-tratos de toda espécie, da escravidão, da tortura e do assassinato.

Em comparação com as mudanças nas condições de criação dos animais de pecuária, a resolução espanhola é significativa não em razão do número de animais diretamente afetados por ela, mas por derrubar a barreira antes intransponível que erigimos entre nós, seres dotados de dignidade e direitos, e os animais não humanos, entendidos como simples coisas. Quando voltamos o olhar para nossos mais próximos parentes não humanos, como nos ajudaram a fazer as pesquisadoras Jane Goodall e Dian Fossey, entre outras, percebemos que as diferenças entre nós e os animais não humanos são, em importantes aspectos, diferenças de grau, e não de tipo. A resolução espanhola assinala o primeiro ato oficial de aceitação das implicações morais e jurídicas atreladas ao reconhecimento das semelhanças que existem entre nós e pelo menos alguns animais não humanos. O mais notável talvez seja o uso do termo "escravidão" em referência a algo que é errado infligir aos animais. Isso porque até agora foi ponto pacífico que os animais são *por direito* nossos escravos e que podemos usá-los como nos aprouver, para puxar carroças, ser inoculados com doenças humanas na pesquisa científica ou ceder ovos, leite e carne para nos alimentar. O reconhecimento de que pode ser errado escravizar os animais, vindo da parte de um Parlamento nacional, é um passo significativo rumo à libertação animal.

*Peter Singer*
*Nova York, novembro de 2008*